

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PRONAF, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E LIMITES DO
FINANCIAMENTO AGRÍCOLA.**

Monografia submetida ao Departamento
de Ciências Econômicas para conclusão
do Curso de Ciências Econômicas.

Leonardo Casagrande Piazza
Orientador: Dr. Alberto da Silva Jones

Área de Pesquisa: Agricultura Familiar, Crédito Cooperativo.

FLORIANÓPOLIS (SC)

Outubro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PRONAF, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E LIMITES DO
FINANCIAMENTO AGRÍCOLA.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para Conclusão do Curso.

Aluno: Leonardo Casagrande Piazza

Orientador: Dr. Alberto da Silva Jones

Área de Pesquisa: Agricultura Familiar, Crédito Cooperativo.

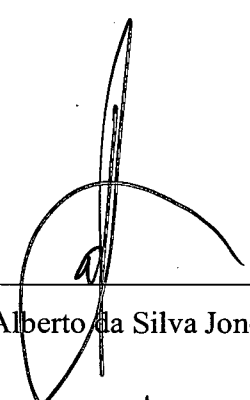
Palavras-Chave: Sustentabilidade, Cooperativismo.

Florianópolis, Outubro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota^{6,0}..... ao aluno **LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, através da Apresentação deste Trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Alberto da Silva Jones., Dr.



Prof. Gilberto Montibeller F., Dr.



Prof. Ana Paula Barcellos

Florianópolis, Outubro de 2002.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meus agradecimentos a todos os funcionários da UFSC que contribuíram para que pudesse concluir este curso. Agradeço também ao Professor orientador Alberto da Silva Jones que me incentivou no desenvolver deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores do curso de Ciências Econômicas da UFSC que contribuíram para minha formação acadêmica.

Também merecem a minha maior gratidão, meus pais, Pedro e Santa Piazza, e, minha irmã Emanuela, pôr todo sacrifício e incentivo para a realização dos meus estudos.

Agradeço a todos os funcionários do BADESC S.A, em especial aos amigos José Antônio, Aldo, Zico, João, Edgar, Tiago, Rodrigo, Zé, Joca, Leandro, Gabriel, pelo excelente acolhimento que me proporcionaram durante meu período de estágio.

Enfim, a todos os meus amigos e colegas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO

CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DE PESQUISA E SUA IMPORTÂNCIA

1.1. Introdução – Contextualização.....	09
1.2. Especificação do Problema de Investigação.....	16
1.3. Objetivos	
1.3.1. Geral.....	16
1.3.2. Específicos.....	16
1.4. Procedimentos Metodológicos	
1.4.1. Natureza do Estudo.....	17
1.4.2. Caracterização do Estudo.....	17
1.4.3. Técnicas de Investigação e Levantamento de Dados.....	17
1.5. Organização do Texto.....	18

CAPÍTULO 2 - PRONAF - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E OBJETIVOS

2.1 Considerações sobre o Projeto FAO/INCRA e Agricultura Familiar.....	19
2.2 Micro-Crédito e Sua Importância para a Agricultura.....	27
2.3 Cooperativas de Crédito Rural e Sua Relevância.....	29
2.4 O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural em Santa Catarina.....	33

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO PRONAF EM FUNÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Breves Considerações sobre a História da Agricultura Catarinense.....	38
3.2 Análise das Condições de Acesso ao Crédito Rural: PRONAF e Outros.....	40
3.3 Evolução e Implicações do Crédito Rural para a Agricultura Familiar Catarinense.....	42

CONCLUSÕES.....45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....46

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Participação Institucional do PRONAF Estrutura Básica.

ANEXO II: Principais alterações na legislação do Programa Nacional de Familiar (PRONAF), de acordo com as resoluções do Banco Central.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Produto Interno Bruto pela Atividade Econômica do Setor Privado em Santa Catarina no período de 1995/1999.

TABELA 2: Agricultores Familiares – Valor do Investimento e Destino.

TABELA 3: Sistema CRESOL: Percentual de associados por grupo de renda Monetária Agropecuária anual.

TABELA 4: Número de contratos e volume de recursos do PRONAF Crédito Rural

TABELA 5: Fontes de Recursos Previstos em 2002 para Agricultura Familiar- R\$.

TABELA 6: Investimentos Previstos para a Telecomunicação no Brasil em 2002

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Brasil - PRONAF: Participação Regional no Número de Contratos Efetuados entre 1997/1998.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os impactos que as Políticas Públicas de Financiamento para a agricultura afetam o desenvolvimento econômico e social, abrangendo uma avaliação mais detalhada do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - criado e Regulamentado pela Resolução N ° 2310 do Banco Central. A partir deste momento, o Governo passou a dar maior relevância social e econômica aos pequenos agricultores que utilizam mão-de-obra familiar na produção, alavancando efeitos encadeadores para a produção e para a distribuição mais justa de renda.

Quando foi instituído em 1995, com recursos do FAT e de outros fundos constitucionais, o PRONAF criou a possibilidade de concessão de créditos, com juros favorecidos, aos pequenos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção. Este trabalho pretende analisar o impacto que o crédito rural causa na agricultura Catarinense e suas implicações com a sustentabilidade econômica, visando abranger conceitos de Cooperativismo e Agricultura Familiar.

Com o PRONAF, pela primeira vez na história do País, os agricultores familiares tiveram um programa específico de acesso ao crédito rural, que passou a ser estendido, à partir de 1999, às famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Em seis anos – de 1995 a 2001 – cerca de R\$ 10 bilhões, segundo dados oficiais, teriam sido colocados à disposição dos pequenos produtores, beneficiando cerca de 1,5 milhão de famílias, em três mil municípios do Brasil.

O trabalho analisou os impactos que as políticas econômicas na área rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, são benéficas para o apoio ao desenvolvimento sustentável da pequena produção familiar, podendo gerar efeitos encadeadores para todo o sistema produtivo Brasileiro.

CAPÍTULO I – O PROBLEMA DE PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA

1.1 INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZAÇÃO

As diferentes políticas de crédito rural, no Brasil, especialmente quando se tratava de apoio à chamada pequena produção, ou necessárias ao financiamento da parcela dos pequenos proprietários e posseiros - a maioria esmagadora dos estabelecimentos agrícolas do País - foram sistematicamente viciadas e ineficientes. Por motivos de diversas ordens, que não cabe neste trabalho entrar nos detalhes, jamais apoiaram efetivamente a pequena produção ou aos pequenos produtores. Geralmente beneficiavam, seletivamente, médios e grandes proprietários de terras, permanecendo fora do seu alcance a multidão de pequenos produtores, geralmente posseiros que não podiam atender às garantias de financiamento, pois não possuíam a propriedade da terra onde trabalhavam.

Mesmo entre 1975 a 1985, no período áureo do SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural -, quando houve um fortalecimento das atividades de crédito e assistência técnica aos chamados "produtores de baixa renda", apoiadas fortemente através de políticas complementares, como a de preços mínimos, centralizadas na CFP - Comissão de Financiamento da Produção -, ainda assim, permaneceram as conhecidas distorções clientelistas na concessão de crédito rural para essa camada de pequenos produtores. Cabe ressaltar que mesmo o PROAGRO, o Programa de seguro agrícola contra imprevistos que implicassem perdas da produção, foi igualmente objeto de manipulação clientelista; portanto, de difícil acesso aos chamados produtores de baixa renda. Apesar dessas distorções, neste período, as políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, preços mínimos e PROAGRO serviram para alavancar determinado nível de desenvolvimento da agricultura de baixa renda, contribuindo, dentro de limites restritos, para o crescimento sistemático das safras agrícolas no período.

Todo esse sistema de apoio à pequena produção começa a entrar em colapso no período de transição do regime militar, por um lado com o encarecimento do crédito rural e, na sequência, com a redução sistemática do mesmo para os pequenos produtores e, finalmente, com o encerramento da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural -, que prenunciava a crise de todo o sistema de assistência técnica e apoio aos produtores de baixa renda, sustentado, sobretudo, na oferta de crédito rural fácil, orientado, supervisionado e subsidiado. Esta situação de crise do sistema de apoio, sobretudo à pequena produção persistirá basicamente até a implementação, sob pressão dos movimentos populares, dos Planos Nacionais de Reforma Agrária, em particular como consequência das pressões em torno de apoio à chamada agricultura familiar, terminologia que vem a substituir a anterior, de produtores de baixa renda. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - surge, neste contexto, fortalecido pelas conclusões do Relatório FAO/INCRA, que oferecia uma síntese da situação nacional dos assentamentos de reforma agrária, privilegiando a análise da formação e composição das rendas das famílias, demonstrando a viabilidade de se trabalhar com a categoria de agricultura familiar para efeitos de apoio ao desenvolvimento da produção rural da grande massa ocupada com a agricultura brasileira. É nesse contexto que a proposta do PRONAF nasce, apoiada numa concepção diferenciada e específica de apoio à produção rural de caráter familiar. Assim evita-se a terminologia "baixa renda", problemática, como a etapa anterior do crédito rural havia demonstrado.

De acordo com MIOR,1998:

“ Alguns autores particularmente da Europa Ocidental, passaram a denominar este processo de “renascimento rural” ou de “nova ruralidade”, com o intuito de qualificar o que estaria ocorrendo de novo no meio rural de forma a estabelecer novas bases para o desenvolvimento. Pode-se identificar duas correntes de pensamento acerca das estratégias de desenvolvimento rural. Uma que veria este como o corolário do múltiplo uso do espaço rural, especialmente através do crescimento das atividades não agrícolas, e, outra, que veria o mesmo como resultado da integração da agricultura com as atividades não agrícolas ”. (MIOR, 1998)¹

Esta monografia procura analisar os impactos e efeitos do PRONAF, enquanto um programa de financiamento à produção rural, em termos de sua relevância para a agricultura Catarinense, em função de outras formas de financiamento à produção rural. Neste sentido, cabe observar, a avaliação de impacto dos financiamentos tem sido, geralmente, identificada como um instrumento facilitador importante para a Sustentabilidade econômica dos sistemas de produção rural. Nos países de economia avançada os índices de Financiamento da agricultura são relativamente elevados, especialmente se tomado em comparação aos países pobres e emergentes.

No caso específico de Santa Catarina o crédito rural destinado ao apoio aos investimentos estão, como não poderia deixar de ser, ajustados aos modelos econômicos de políticas públicas adotados no Brasil, em diferentes governos e períodos históricos.

A Economia Brasileira, entre 1965 e 1980 passou a tratar, como se registrou acima, a agricultura com linhas de crédito de forma atraente para os agricultores. O mesmo ocorreu no Estado de Santa Catarina, havendo facilidade de crédito e meios agilizados de repasse de crédito aos Agricultores. Contudo, a partir de 1980 houve uma queda considerável na oferta de crédito rural para os pequenos agricultores traduzida nas novas diretrizes das políticas do Governo Federal sobre a taxa de juros básica para a obtenção dos empréstimos Rurais, tornando demasiadamente oneroso o crédito, além da imposição de novas restrições e exigências operacionais. No decorrer dos vinte anos que se passaram desde então, houve um aumento nas taxas de juros para a aquisição de créditos, sendo que os investimentos do governo na área rural reduziram-se drasticamente em comparação a outros períodos.

A construção de um novo projeto para o pequeno agricultor, adotando a agricultura familiar como modelo de desenvolvimento, desenvolveu-se a partir da implantação do Plano Real como um modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar, sendo que o programa do Governo na época chamava-se 'Brasil em ação' e dentro do seu modelo de desenvolvimento Agrário, criou-se o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - , com o objetivo de inserir no mercado agrícola milhões de excluídos do

¹ Estratégias de Desenvolvimento Rural: Algumas Controvérsias do Debate. Mior, Luiz C. (EPAGRI –

processo produtivo e, também, de incentivar uma política de geração de empregos e renda para os pequenos agricultores.

Dentre os fatores econômicos e sociais mais importantes nas políticas públicas de financiamento ao pequeno produtor rural, destaca-se o combate ao êxodo rural, propondo-se a oferecer uma oportunidade de permanência no campo e geração de renda, como forma de reduzir e combater a agudização dos problemas sociais nos centros urbanos decorrentes do êxodo no meio rural. Mesmo sendo um bom programa de financiamento e aquisição de créditos facilitados para o pequeno produtor rural familiar, o PRONAF está muito longe de poder rivalizar com outras formas de financiamento da produção agrícola e da produção industrial, especialmente aquelas destinadas aos grandes investimentos que o governo utiliza em outras áreas de maior importância econômica, inclusive na agricultura.

Segundo dados do IBGE, nos últimos quarenta anos a população rural de Santa Catarina reduziu-se de 65% para apenas 25%. Vários fatores contribuíram para este processo acelerado de expulsão da população rural, em particular os que influenciaram diretamente nas condições econômicas e sociais da produção agrícola e, portanto de reprodução social.

Geralmente, são apresentadas como variáveis intervenientes desse processo de transformação da agricultura na Região Sul e em Santa Catarina em particular, o chamado processo de "modernização da agricultura", entendido este como a incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais aos processos de produção imediata. Na análise deste processo, a maioria dos estudiosos sempre deram ênfase às dimensões técnicas da produção agropecuária, como a mecanização agrícola, as inovações agroquímicas e, como instrumento de viabilização destas inovações, a assistência técnica e o crédito rural.

Na verdade, muitos outros fatores de relevância equivalente atuaram neste processo de aceleração das transformações das atividades de reprodução social e econômica na região, contribuindo para as modificações que se traduziram no êxodo rural. A grande fração das propriedades rurais que originaram a estrutura predominantemente minifundiária da região,

implicavam um modelo de desenvolvimento agrário que impedia a ampliação das áreas de baixo grau de produtividade. Esta ampliação da dimensão das propriedades e, por consequência, das explorações agropecuárias era, então, entendida como necessária à incorporação do progresso técnico e portanto, à modernização da agricultura na região.

Esse tipo de diagnóstico contribuiu para apoiar fortemente a política de colonização dos Governos Militares, o que induziu, junto com os fatores técnicos indicados acima, os processos de migração das famílias rurais da região Sul e do Estado de Santa Catarina, a "trocar" suas pequenas propriedades seguindo em direção às fronteiras agrícolas nacionais, em particular nas Regiões Norte e Centro Oeste. Ou seja, o processo de modernização da agricultura foi, na verdade, fortemente apoiado pela concentração da propriedade, no sentido da suposição da necessidade de ampliação da área da exploração como condição prévia à incorporação do progresso técnico. Esse diagnóstico equivocado contribuiu sobremaneira para ampliar o processo de êxodo rural. Por outro lado, para induzi-lo, um forte programa de crédito foi implementado, tornando atraentes as propostas de tecnificação da produção e, correlativamente, as migrações, sobretudo na medida em que, na impossibilidade suposta de incorporar ganhos de produtividade em áreas pequenas, restava a opção à aquisição de novas áreas; o que significava, para a população pobre da Região e do Estado, "vender" suas pequenas propriedades e migrar para outras regiões do Estado e do País. Esse processo foi efetivamente frutífero entre a segunda metade da década de 1960 e na década seguinte. (JONES, 1997).

O que é importante registrar em todo esse processo é que para os elaboradores das políticas agrícolas do País, na época, a condição fundamental a ser considerada para a solução da "questão agrária" ou, em outros termos, da pobreza no campo, passava, necessariamente, pela criação de empregos no agro e não pela reestruturação da propriedade da terra. Esta suposição, abertamente apologética do latifúndio (JONES, op. cit.), significava dar prioridade a estruturação de empresas agrícolas (sobretudo médias e grandes, em termos de área), como condição básica para superar o atraso agrário brasileiro. Assim, a solução para a superação da pobreza rural, segundo essa linha de raciocínio, seria a "modernização do latifúndio", pela incorporação do progresso técnico, processo este a ser fortemente apoiado através de políticas

específicas de crédito subsidiado, por um lado; e a eliminação do minifúndio, por outro, uma vez que, segundo os economistas agrícolas do regime, estes não dispunham da área mínima suficiente, sequer para sustentar uma família, ainda menos para incorporar o progresso técnico. Ou seja, o minifúndio era, endogenamente, uma restrição em si mesma, aos processos de modernização da agricultura devendo, por isso, ser eliminado. Essa estratégia, segundo Jones (1998), explica, muito mais que o progresso técnico, o violento processo de expropriação dos trabalhadores rurais do agro brasileiro. Neste processo as atividades de crédito e incentivos fiscais, foram o instrumento fundamental à sua viabilização. Por outro lado, fatores como a mecanização no campo, o aumento da produtividade e a baixa dos preços agrícolas, contribuíram para a crescente expulsão do pequeno produtor rural para os centros urbanos.

O pequeno produtor rural de Santa Catarina pode ser diferenciado das grandes empresas agrícolas com base nos seguintes fatores: 1) mão-de-obra familiar; 2) Baixa escolaridade; 3) Utilização de Tração animal como fonte de equipamentos; 4) Pequena área de exploração; 5) Baixo nível de tecnologia; 6) Elevadas distância dos principais centros; 7) Escassez geral de recursos produtivos, inclusive capital.

A política de crédito adotada a partir de 1994 para o pequeno produtor rural de Santa Catarina teve como principal fonte de recursos o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e esteve, desde seu surgimento, conectada ao BADESC, - Agência Catarinense de Fomento S.A - que serve como um agente financiador local para fazer chegar aos pequenos agricultores, Municípios e Organizações Associativas; os recursos que lhes são oferecidos pelo programa de financiamento.

Do ponto de vista do público a atingir, este programa atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: produtores rurais que exploram parcelas de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros, utilizam o trabalho familiar, residam em suas propriedades, possuam renda familiar anual de até R\$ 27.500,00, mantenham no máximo dois empregados permanentes e tenham no mínimo 80% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária. (IPEA,1999)²

² IPEA (1999). "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar" – Relatório Técnico.

Segundo as condições operacionais estabelecidas para o acesso ao crédito rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário estabeleceu como meta atender as necessidades básicas de produção do pequeno produtor rural, como a construção de galpões, o suprimento de máquinas e equipamentos, a eletrificação e outros fatores que apoiem o crescimento do "empreendimento familiar". Por outro lado, o apoio ao desenvolvimento sustentável é considerado, neste contexto, uma alternativa importante para equilibrar os fatores sócio-econômicos. Apesar disso, muita dificuldade tem sido observada na condução de políticas públicas no Brasil e em Santa Catarina, onde o atraso no campo sempre teve seus pilares em políticas econômicas mal formuladas e implementadas, salvo alguns exemplos de sucesso.

No PRONAF são contempladas três modalidades de crédito: Crédito Rural (Custeio e de Investimento); Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação. A modalidade do Crédito está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas linhas específicas de crédito: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria. Já a modalidade Infra-estrutura e Serviços está voltada para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura Familiar é definida, neste contexto, como um importante fator para assegurar a permanência do homem no campo e como uma fonte de renda para os agricultores.

O Estado de Santa Catarina apresenta um bom nível sócio-econômico com índices de desenvolvimento humano superiores a média nacional, possui um grande número de cidades de pequeno e médio porte que oferecem boas condições de vida e oportunidades para a população. Esta região apresenta grande vocação para o dinamismo da agricultura familiar, pois possui raízes de colonização fortemente ligadas a terra e as atividades rurais. A implementação de políticas que sustentam o agricultor familiar no campo, é uma forma de evitar os problemas que o êxodo rural causa nos centros urbanos.

1.2 Especificação do Problema de Investigação

Este trabalho se propõe a analisar o PRONAF enquanto um Programa específico de apoio à agricultura familiar no Estado de Santa Catarina tomando como referência os resultados em termos de volume de crédito colocado à disposição dos produtores rurais, por um lado e, por outro, comparar o total do crédito liberado pelo PRONAF em relação a outras linhas de crédito agropecuário.

1.3 Objetivos

Este trabalho tem os seguintes objetivos:

1.3.1 Geral

Analisar a evolução do crédito rural proveniente do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e determinar a sua importância e seu grau de abrangência para a agricultura de Santa Catarina.

1.3.2 Específicos

- 1) Fazer uma breve discussão da Agricultura Catarinense;
- 2) Analisar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) de acordo com suas vantagens de créditos de longo prazo e fácil obtenção de recursos;
- 3) Analisar e discutir os problemas e dificuldades dos financiamentos, tanto por parte do cedente quanto do Agricultor Familiar;
- 4) Avaliar a evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina;

A discussão dos resultados das análises é objeto de discussão nos Capítulos que seguem este estudo.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Natureza do Estudo

Este estudo pretende realizar uma análise monográfica das implicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em termos dos seus objetivos e resultados, tomando como parâmetro o volume e destinação dos recursos liberados pelo Programa em relação a outras formas de financiamento da produção no Estado de Santa Catarina.

1.4.2 Caracterização do Estudo

De acordo com os objetivos propostos, este estudo se caracteriza como de caráter monográfico, exploratório e analítico, buscando analisar e debater os resultados da implementação do PRONAF, indicando, inclusive alternativas de análises para futuras pesquisas.

1.4.3 Técnicas de Investigação e Levantamento dos Dados

As informações e dados que dão sustentabilidade às análises desenvolvidas nesta monografia foram levantados junto à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, ao BADESC, à CONTAG, à EPAGRI, ao CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo e a outras organizações pertinentes para a condução de análises das características sociais, econômica e agrícolas dos agricultores familiares da região de Santa Catarina. Nesse sentido, foi avaliada a relação entre a agricultura familiar e os impactos de políticas de financiamento.

1.5 Organização do Trabalho

O presente estudo é composto por uma breve introdução ao tema da investigação, na qual são analisadas as características e objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, bem como suas implicações para as atividades dos pequenos produtores rurais de Santa Catarina, sendo destacado sua importância, no Capítulo II, que incorpora, ainda a análise da participação de cooperativas de crédito no Estado de Santa Catarina.

O Capítulo III ocupa-se fundamentalmente da análise e discussão do volume e direção das liberações de crédito para a agricultura familiar em Santa Catarina, em comparação com outras modalidades e linhas de financiamento da produção destinadas às demais atividades econômicas da região em estudo.

CAPÍTULO II

PRONAF - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E OBJETIVOS

2.1 Considerações sobre o Projeto FAO/INCRA e Agricultura Familiar

Em 1994, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) realizaram um estudo propondo vários instrumentos de política destinada à agricultura familiar. Entre os anos de 1994 e 1998 foram realizadas pesquisas que tinham como metas principais aprofundar os estudos sobre a agricultura familiar nas diferentes localidades do Brasil, verificando os meios de produção mais utilizados e avaliando as suas potencialidades. O principal objetivo desta iniciativa foi contribuir para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, tendo em consideração a estratégia de apoio à agricultura fundada na mão-de-obra familiar.

Como resultado da pesquisa realizada por estas instituições, foram definidas as características mais importantes da agricultura familiar brasileira, especialmente no que se referia aos problemas relacionados a renda dos produtores e composição dos custos da produção familiar e, dentro deste contexto, das alternativas e viabilidade de se desenvolver uma política específica de apoio à agricultura familiar. O PRONAF foi uma das respostas às conclusões daquele estudo. Ainda como resultado daquela pesquisa, foram definidas as principais características da agricultura familiar brasileira:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é realizada pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis.

Segundo o Relatório do Projeto FAO/INCRA:

"agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida pôr membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior à 75% do total utilizado no estabelecimento." (FAO/INCRA – 1997-p.3).³

A reprodução do sistema produtivo familiar está diretamente ligada a permanência das famílias no campo e será determinante na obtenção de uma renda mínima que o produtor deve obter para assegurar a sua reprodução e a sua renda. Os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA, definem com maior precisão os conceitos da agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de metas que deveriam envolver a formulação de políticas para esse segmento específico. Sabe-se que esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF no Brasil.

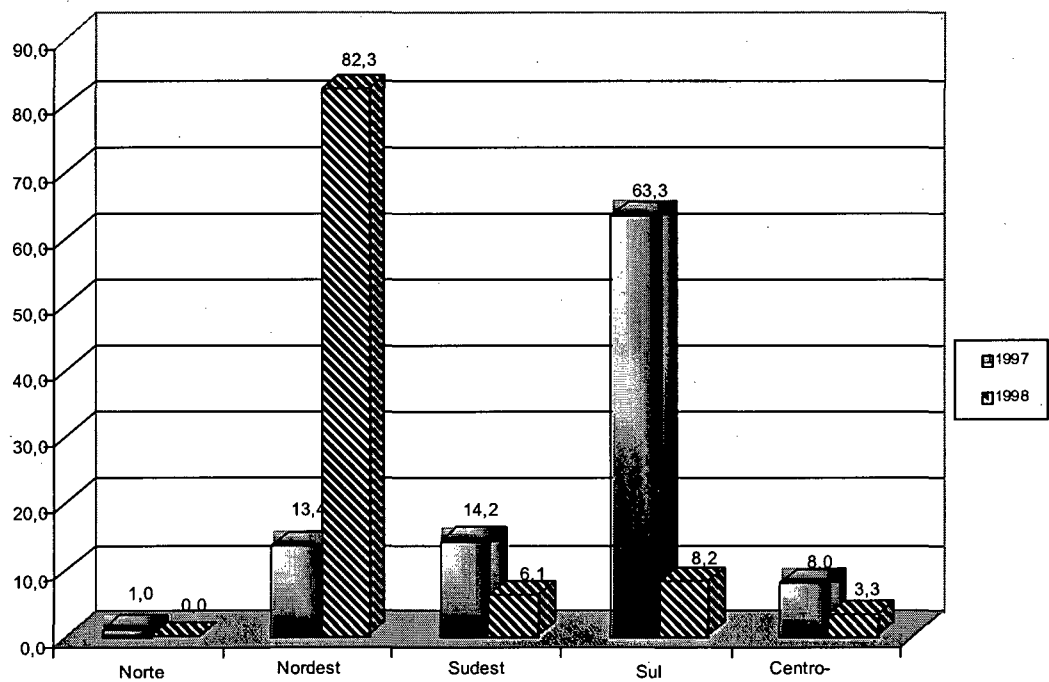
O trabalho realizado em parceria entre os institutos FAO e INCRA demonstrou que o tratamento destinado ao apoio da agricultura é diferente nos países desenvolvidos, sendo que este estudo serviu como base para a implantação do PRONAF no Brasil, e serviu como fonte de recursos externos destacando que os países desenvolvidos detêm grande incentivo de políticas públicas e um alto nível de capital humano, se diferenciando da agricultura brasileira que conta com baixos níveis de investimento na agricultura.

Através do estudo realizado entre o convênio FAO/INCRA pode-se observar que o segmento de agricultura familiar representa um percentual muito expressivo na economia de Santa Catarina e do Brasil, sendo um elemento importante na implantação de políticas para a agricultura.

³ FAO/INCRA. Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil.(1997, p.3)

Os sistemas de produção mais frequentes, usados pelos agricultores familiares na região de Santa Catarina, são formados pela produção consorciada de grãos associado com uma ou mais atividade pecuária (aves, leite, suínos, gado) e estão ligadas a origem dos agricultores. A política agrícola adotada pelo governo brasileiro, vem incentivando a criação de um complexo agro-industrial na região, baseado na integração com agricultores familiares nas cadeias produtivas. Segundo a lógica deste tipo de política pública, uma vez integrado ao projeto, os agricultores passam a ter a possibilidade, dentro de certo e determinados critérios, a um determinado tipo e volume de crédito diferenciado e privilegiado, além da garantia de comercialização da produção; e, conseqüentemente, ainda segundo a filosofia do Programa, à expectativa de obtenção de uma renda mínima, supostamente permanente.

GRÁFICO 1. BRASIL – PRONAF: PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO NÚMERO DE CONTRATOS EFETUADOS 1997/1998.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento Agrário (1996 - 1998)

FONTE: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma das principais concentrações de agricultores familiares no Brasil, encontram-se nas Regiões Sul e Nordeste, sendo justamente estas regiões que apresentam uma maior diversidade dos sistemas produtivos. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, gráfico 1, um volume maior de recursos para as regiões Nordeste e Sul, tornando-se um fator de extrema importância para o desenvolvimento sustentável dessas regiões. O estudo que foi realizado pelo convênio FAO/INCRA atingiu apenas uma região do estado de Santa Catarina, e esta localizada no oeste do Estado, no Município de Quilombo. Constatou-se, através deste estudo que os pequenos produtores rurais de Santa Catarina administram seu próprio negócio e residem em grande maioria na área rural, os sistemas de produção mais utilizados são consórcios para a produção de grãos e de animais, sendo que estes processos ocorrem dentro das áreas rurais de pequeno porte que caracterizam a agricultura familiar.

A agricultura familiar é um segmento bastante representativo no Brasil em termos de volume e produção. De acordo com dados censitários do IBGE (FAO/INCRA, 1996), existem mais de 4 milhões de estabelecimentos (75% do total) de características familiares; eles detinham 22% da área total, contavam com 60% do pessoal ocupado e detinham 28% do valor total da produção agropecuária. Para algumas culturas, a agricultura familiar apresenta participação expressiva na produção. No caso da soja, segundo dados do IBGE (FAO/INCRA, 1996), cerca de 40% da produção da região sul, provém da agricultura familiar, e diante desses dados, fica evidente que a agricultura familiar, com toda a sua diversidade regional e local, deva ser tratada de modo particular e prioritário na questão do planejamento de políticas públicas e as suas repercussões no desenvolvimento rural.

Para que se possa avaliar os resultados das ações de desenvolvimento rural, são necessários parâmetros ou índices como a viabilidade, a adaptabilidade, a durabilidade e o sucesso dessas ações. Esses índices devem possibilitar uma análise em termos da capacidade produtiva adquirida, de melhorias na qualidade dos recursos locais e na preservação ambiental. As prioridades mais imediatas são uma distribuição mais racional dos recursos, que possibilite melhores condições de vida para os pequenos agricultores, aumento sua participação no processo de tomada de decisão e na sua cidadania.

O sistema de produção é entendido como o conjunto coerente de combinações de culturas e criações dentro de uma unidade de produção. A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primária tanto para o consumo da família como para o mercado. Os sistemas de produção podem ser mais ou menos complexos, sendo o resultado de lenta e laboriosa engenharia social, econômica, ambiental e cultural. Os meios usados como instrumentos de política agrícola variam de região para região, pois são geridos de maneira diferente nos Estados. Em Santa Catarina podemos ter uma compreensão inicial da importância do PRONAF como instrumento de renda e fixação do pequeno trabalhador rural no campo, destacando-se os principais instrumentos de política agrícola que estão sendo adotados como referência para apoiar a agricultura familiar. O principal recurso de planejamento rural adotado no Brasil é o Plano Safra Anual, que orienta os principais meios políticos para o próximo ano agrícola, e pode ser alterado pelo governo em decorrência de fatores e imprevistos, não tendo muita segurança quanto a um indicador agrícola e meios que possam orientar as decisões dos pequenos, médios e grandes produtores.

TABELA 1. Produto Interno Bruto, pela atividade Econômica do Setor Primário – SC – 1995/1999. Valores em R\$.

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO				
	1995	1996	1997	1998	1999
Lavouras	1.300.335	1.219.384	1.511.624	1.558.439	1.868.145
Pecuária	1.657.961	1.710.862	1.948.316	1.992.171	2.336.312
Indústria Rural	186.218	180.106	204.699	232.965	271.086
Silvicultura	272.169	280.480	240.251	261.842	296.796
Extração Vegetal	133.231	66.907	52.662	47.046	55.488
Prod.Part. Do Pessoal Resid.	3.940	4.091	4.882	4.659	5.661
TOTAL	3.553.854	3.461.830	3.962.434	4.097.122	4.833.488
Consumo Intermediário	1.018.657	1.025.672	1.152.958	1.194.265	1.439.819
Produto Interno Bruto	2.535.195	2.436.157	2.809.474	2.902.858	3.393.669

FONTE: Instituto Cepa/SC – Síntese Anual de Santa Catarina – 1998/1999.

Segundo os dados do Instituto Cepa/SC – Síntese Anual de Santa Catarina – 1998/1999 (Tabela 1), observamos, que as lavouras e a pecuária são as atividades econômicas mais importantes do setor primário da agricultura de Santa Catarina, sendo que os créditos e os critérios de alocação de recursos para os agricultores familiares devem compreender aspectos relacionados com suas atividades no campo.

Os grupos mais destacados segundo a Tabela 1 são importantes fatores para a distribuição do crédito rural aos agricultores de pequeno porte e parte fundamental no processo da realização da atividade proveniente do crédito rural. Segundo os dados observados na Tabela 1, verifica-se um valor expressivo nas áreas de lavoura e pecuária que apresentou no ano de 1999, respectivamente, 48% e 38% das atividades econômicas relacionadas com a agricultura, a Pecuária teve um crescimento considerável no período compreendido entre 1997 e 1999.

Sendo o PRONAF um instrumento importante e facilitador de crédito ao pequeno produtor rural de Santa Catarina, este modelo está muito longe de se tornar um meio efetivo para que o desenvolvimento sustentável do pequeno produtor rural se torne uma realidade.

O crédito rural, constitui-se o principal alicerce do processo de modernização da agricultura Brasileira e Catarinense e nos países desenvolvidos estes níveis de crédito são consideráveis como componente de seus produtos internos.

Os principais meios de apoio a política agrícola são as políticas de crédito, as políticas de preços mínimos, o cooperativismo e as políticas de seguro agrícola. Uma série de instrumentos são importantes para o desenvolvimento de políticas rurais no Brasil e em Santa Catarina: a política científica e tecnológica para o setor, a extensão e educação rural, a irrigação, a infra-estrutura, as informações de mercado e as promoções institucionais se caracterizam como os meios mais consistentes de política agrícola no Brasil. Dentre os principais incentivos e estímulos que o crédito rural pode representar para o pequeno agricultor inseridos como forma de política agrícola, destacam-se:

- Incentivar os investimentos rurais e à comercialização dos produtos agrícolas. É muito importante para o pequeno produtor rural comercializar os produtos agrícolas que são produzidos, pois estes produtos são a fonte de receita e lucro para sua subsistência.

- Promover o custeio e a comercialização dos produtos agropecuários. Com o custeio da comercialização, o agricultor conta com uma vantagem de saber que seu produto será comercializado, mesmo que seja através de seus próprios recursos proveniente do crédito;
- Fortalecer o setor rural, especialmente pequenos e médios produtores. Com o fortalecimento do pequeno produtor rural de Santa Catarina, estão inseridos fatores de geração de renda e permanência do agricultor no campo, evitando o êxodo rural. O fortalecimento da agricultura esta diretamente ligada a políticas de crédito e incentivos aos agricultores de baixa renda.
- Incentivar os sistemas de produção familiar para aumento da produtividade, do padrão de vida e a defesa do solo. Os sistemas de produção utilizados pelos pequenos produtores rurais, são a lavoura e a pecuária, sendo de muita importância o crédito para o aumento da produtividade e para uma melhor qualidade de vida;
- Fornecer capital de giro para a agricultura, é um fator determinante para o custeio dos períodos de pós safra que geralmente são os mais difíceis para o pequeno agricultor familiar. Com este capital é possível ao agricultor de pequeno porte realizar suas atividades com ajuda de custos, beneficiando sua produção;
- Propiciar a criação de emprego de baixo custo. As políticas públicas que englobam pequenos agricultores familiares, servem para fixar o agricultor no campo e impedem sua evasão para as cidades, contendo o êxodo rural;
- Melhorar a distribuição da renda e os indicadores sociais (educação, saúde, moradia); Políticas Públicas que visam uma melhor distribuição de renda devem ser tratadas como necessidades muito importante para qualquer Governo;

- Reduzir a violência no campo; com a permanência do agricultor no campo os créditos servem como característica de ampliação de renda e nas condições sócio econômico;
- Contribuir com a descentralização da economia e da população; Com a liberação de crédito para o pequeno agricultor rural, a descentralização é consequência da ruptura dos padrões de financiamentos tradicionais para as grande empresas.

O Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF tem como características principais o financiamento da produção agrícola, através da concessão de financiamentos pelos agentes financeiros (PRONAF - Crédito); a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (PRONAF - Infra-estrutura); e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares - (PRONAF-Capacitação). De acordo com os dados do Anexo 1, podemos observar como ocorrem as coordenações no PRONAF estrutura-básica, onde ocorre uma articulação institucional, entre o Município, o Estado e o Governo Federal. Existem atualmente várias linhas de crédito específicas para o PRONAF: custeio normal; Rural Rápido; PRONAF Especial: Custeio e Investimento; PRONAF – Investimento Normal - FCO e FNE, e PRONAF Agroindústria.

As parcerias entre as diversas instâncias e a participação dos movimentos sociais são viabilizadas pela existência de conselhos Municipal, Estadual e Federal, que de acordo com o Anexo 1, expressam uma articulação institucional, que envolve as representações dos agricultores e do governo, sendo que estes últimos participam na qualidade de coordenadores locais do programa. Os meios disponíveis para o repasse de recursos aos municípios selecionados envolve vários fatores de cooperação, destacando:

- A criação dos Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Elaboração de Planos de Trabalho e aprovação pelos conselhos estaduais;
- Aprovação dos Planos de Trabalho à Caixa Econômica Federal;

- Pagamento de contrapartidas e comprovação de adimplência com a União, conforme previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.1.2 O Micro-Crédito e sua Importância para a Agricultura

Em diversos países o micro-crédito vem se constituindo um instrumento importante de desenvolvimento econômico. Pode-se citar dezenas de experiências que estão se tornando referências mundiais, a partir de programas de incentivo de créditos às populações locais rurais de baixa renda. Atravessa-se um período em que, tanto instituições financeiras de grande porte (BIRD, BID, BNDES), quanto os órgãos locais, bancos comerciais, prefeituras, cooperativas, Ongs, estão formulando programas especiais de financiamento, voltados às camadas mais pobres da população. Estes programas crescem sobre a idéia de que “pobre também pode ter crédito”, ou, até mesmo sob o argumento que “emprestar para pobre pode também ser um bom negócio”. Em certas regiões, já se pode observar, inclusive, uma “concorrência” por esse segmento, que anteriormente era atingido exclusivamente por programas de caráter beneficente.

Ampliar as políticas públicas com base social dos sistemas de crédito traz sempre um conflito: quanto mais pobres forem as populações atingidas, maiores são os custos de transações operacionais individuais e maior será a pressão para que os recursos sejam simplesmente distribuídos sem preocupação consistente com seu reembolso. O micro crédito é um instrumento muito importante para beneficiar os pequenos produtores rurais, contudo as políticas de juros nem sempre são compatíveis com o volume que está sendo emprestado.

Podemos observar que a principal fonte de recursos de Santa Catarina para a agricultura familiar, é o BADESC – Agência Catarinense de Fomento S.A – e compete a esta instituição financeira promover a distribuição dos recursos segundo os critérios operacionais impostos. As cooperativas de crédito constituem uma importante fonte de repasse de recursos ao pequeno produtor rural. O pequeno produtor rural de Santa Catarina vive em situação muito difícil quanto a obtenção de crédito, sendo que este instrumento é um meio muito importante para a geração de renda e empregos. Como podemos observar na Tabela 2, o crédito rural é a

forma mais importante no processo de modernização da agricultura brasileira e de Santa Catarina, pois oferece condições para que o pequeno produtor rural possa investir recursos para gerar suas receitas através da aquisição de instrumentos tais como: máquinas e equipamentos, compra de terras, na aquisição de animais e outros investimentos, sendo de extrema importância o efeito do crédito para o agricultor familiar, funcionando como um instrumento de fomento e transformação da agricultura e do meio rural.

TABELA 2: AGRICULTORES FAMILIARES – VALOR DOS INVESTIMENTOS E DESTINO DO PRONAF (em %) 1995/1996.

REGIÃO	Total de Investimentos (Em Mil R\$)	DESTINO DOS INVESTIMENTOS (Em %)			
		Máquinas e Benfeitorias	Compra de Terras	Novas plantas e animais	Outros Investimentos
Nordeste	355.455	18,8	8,5	56,9	15,9
Centro-Oeste	308.128	22,7	17,9	41,7	17,7
Norte	161.494	25,0	9,6	45,5	19,9
Sudeste	588.598	21,0	16,0	41,4	21,6
Sul	1.121.784	30,2	18,7	26,2	24,8
BRASIL	2.535.459	25,2	16,0	37,1	21,6

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE
Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

De acordo com os dados da Tabela 2, obtidos do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, podemos observar que o agricultor familiar do Sul do Brasil direciona os recursos provenientes do crédito em sua grande maioria, para a aquisição de Máquinas e equipamentos e também na compra de animais e insumos básicos. Podemos também destacar o nível dos investimentos que a região Sul do Brasil abrange, detendo cerca de 44,25% do total dos investimentos realizados em todo Brasil.

Os principais objetivos das políticas de crédito sempre foram de promover a oferta agropecuária, determinar o abastecimento doméstico e servir como fonte de modernização sendo que, o governo Brasileiro sempre usou formas de subsídios nos programas oficiais da área agrícola que teve por muito tempo como gerador e fonte de recursos o Banco do Brasil. A partir de 1994 com a implantação do Plano Real, houve transformações significativas na

política de financiamento da agricultura brasileira, sendo que a partir deste momento observou-se um crescimento dos financiamentos provenientes do setor financeiro, que sempre apresentaram limites para a agricultura familiar.

Com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, houve uma democratização do crédito, houve uma alteração na conduta operacional utilizada para analisar os empréstimos rurais. Os agentes financeiros que disponibilizam o crédito rural no Brasil, especialmente os bancos⁴, seguem uma regra na qual as liberações dos empréstimos são aprovadas a partir de recomendações técnicas efetuadas entre os agentes de pesquisa agrícola e de extensão rural oficial da região.

Os sistemas de crédito utilizados em políticas públicas que beneficiam produtores rurais de baixa renda em Santa Catarina, apresentam um conflito quanto a distribuição de crédito pelas agências de repasse de verbas, pois em quase todos os casos fica evidente as dificuldades dos pequenos produtores rurais em realizar um bom projeto técnico, deslocando o eixo do crédito para aquelas empresas de médio e grande porte que podem realizar projetos mais viáveis. As agências locais e as grandes instituições regionais devem interagir em conjunto com as cooperativas e as outras formas de cooperativismo que surgem na região de Santa Catarina, para que estes objetivos possibilitem uma política de baixos níveis operacionais e administrativos para os pequenos produtores rurais.

2.3 Cooperativas de Crédito Rural e Sua Relevância

As cooperativas de crédito no Estado de Santa Catarina são uma importante fonte de “democratizar” o crédito rural, pois interagem fatores operacionais e administrativos entre as unidades de produtores rurais de baixa renda e, através do cooperativismo conseguem reduzir seus custos operacionais de aquisição de crédito. As cooperativas de crédito que atingem o agricultor familiar buscam agregar e gerar renda proveniente das atividades agrícolas. Estas linhas de crédito que são formadas pelas cooperativas dos diversos municípios. Surgiram

⁴ Somente a partir do final dos anos 1980 e na década de 1990, é que o crédito rural passa a ter como agente financeiro além dos bancos as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas de produção.

como um importante instrumento de inovação institucional que compõe as funcionalidades das cooperativas de crédito.

As cooperativas possuem, em média, uma quantidade de associados que varia entre os municípios de Santa Catarina, facilitando e adaptando os seus custos administrativos que se tornam baixíssimos devido ao fato das cooperativas substituírem todo o pesado equipamento de verificação da credibilidade dos sócios pelos vínculos locais de confiança. A importância da agricultura familiar na região, foi importante para a descentralização das políticas agrícolas, pois vários municípios possuíam fundos municipais para a agricultura.

Analisando uma perspectiva para o futuro da agricultura familiar em Santa Catarina ALTMANN (1997 P.87) prevê que

“A agricultura familiar catarinense no século XXI tenderá a se caracterizar como uma agricultura empresarial, utilizando tecnologias de ponta, modernos métodos de gestão e apoiada no associativismo. Será a condição para manter-se competitiva”.

As experiências mais bem sucedidas no âmbito da intermediação da distribuição de recursos estão ligadas as cooperativas de crédito vinculadas a agricultores familiares, e suas organizações têm representado um caminho promissor, não só para o financiamento dos agricultores mas, sobretudo, visando o desenvolvimento rural integrado. Na maioria dos casos, os canais de distribuição de crédito devem servir para favorecer os produtores familiares. O fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar requer a integração das políticas macroeconômica, agrícola e de desenvolvimento rural, e esta integração deve compreender os sistemas de cooperativas, pois estas instituições de crédito atendem a um público não contemplado pelo sistema bancário, cujo o modo de gerar renda encontra-se nulo pelas restrições sociais a que os agricultores desprovidos de patrimônio submetem-se quando solicitam crédito.

As cooperativas servem como forma de instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário, e contribuem para um sistema alternativo de crédito, que atua em conjunto com os agricultores. A principal virtude do Sistema de cooperativas de crédito em Santa Catarina foi ter conseguido inserir suas operações em redes que estimulam os comportamentos cooperativos dos indivíduos e incorporam a confiança necessária para que o sistema não somente receba recursos, mas apareça como um agente interlocutor decisivo na própria política de fortalecimento da agricultura familiar.

As cooperativas informam e esclarecem o pequeno produtor rural sobre os serviços prestados e facilitam a distribuição do crédito, integrando muitos municípios de todas as regiões, através do apoio financeiro e técnico, sem reembolso, para a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços agrícolas.

Recentemente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar passou a apoiar também a capacitação, que tem como objetivo fundamental aprimorar os conhecimentos e habilidades profissionais dos conselheiros Municipais, agricultores familiares, pescadores, artesãos, técnicos, lideranças e demais atores do desenvolvimento rural.

No Brasil, as cooperativas de crédito tiveram um impulso a partir dos anos 80, principalmente pela via das cooperativas de produção existentes. No início dos anos 90, uma nova concepção em torno do cooperativismo de crédito rural surge em alguns estados, e essas novas cooperativas se constituíram de forma diferente, mais vinculada com sua base social. As cooperativas de crédito rural de Santa Catarina possibilitam uma maior democratização do acesso ao crédito, pois este é fornecido de forma mais adequada à realidade dos agricultores familiares.

A presença das entidades representativas e dos movimentos sociais, é muito importante para um conjunto de relações entre agricultores familiares e as ONGs na região, sendo de fundamental importância para motivar a participação dos produtores familiares na constituição das cooperativas de crédito. Em Santa Catarina as cooperativas de crédito estão espalhadas pelas diversas regiões do Estado, sendo que as cooperativas mais importantes estão localizadas

na região Oeste, onde apresentam uma maior vocação no implemento de sistemas de produção integrados a famílias de produtores rurais.

Esta participação nas cooperativas é muito importante para os agricultores familiares e devem se articular juntamente com outros órgãos tais como: sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de produção, associações de produtores rurais, pastoral da terra e juventude e ONGs.

No Estado de Santa Catarina, a partir dos anos noventa, criou-se o programa de promoção do cooperativismo de crédito rural entre as unidades familiares de produção agrícola, sendo este programa coordenado e executado pelas próprias entidades de representação dos agricultores familiares, sendo que as cooperativas de crédito constituídas no âmbito das suas ações, não possui vínculo direto com as cooperativas agropecuárias. A cooperação agrícola é estabelecida com o intuito de organizar a poupança financeira dos produtores familiares. Pode-se dizer que as cooperativas de crédito possibilitam aos agricultores emprestarem seus recursos para outros agricultores, pois disponibilizam um instrumento jurídico com garantias seguras que não existiriam em um empréstimo feito de forma direta entre vizinhos. Também objetivam a constituição de canais mais democráticos e de fácil obtenção de recursos para o financiamento de suas atividades a um custo mais baixo.

As decisões sobre a utilização dos recursos financeiros e a atuação das cooperativas de crédito estão, é preciso ressaltar, sobre a responsabilidade efetiva dos agricultores associados. A escolha dos membros dos conselhos de administração e fiscal dá-se através de discussão com os associados na assembléia geral ou pré-assembléias, realizadas pela diretoria das cooperativas nas comunidades e municípios da sua área de abrangência.

As Cooperativas agropecuárias de Santa Catarina podem reunir, como associados, ou como produtores autônomos, os agricultores que compram e vendem em conjunto, através da cooperativa ou produtores que formam unidades produtivas comuns, exploradas pôr trabalhadores familiares. Seja qual for o modelo de cooperativa adotado, o cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho das

unidades que possuem em sua essência o trabalho familiar. Isso significa que o cooperativismo é uma associação sócio-econômica de pessoas ou pequenas empresas que produz bens e serviços em conjunto com sua natureza de atuação.

No início dos anos noventa, com o surgimento de programas oficiais de financiamento para a agricultura familiar⁵, observou-se uma expansão nessas propostas de cooperativismo de crédito que tiveram um novo impulso. A existência de políticas públicas voltadas especificamente à agricultura familiar reforçava a necessidade de organização de um sistema confiável aos olhos de seus participantes, mas que pudesse manter relações estáveis com as próprias agências responsáveis pelas políticas públicas. As grandes transformações da sociedade moderna estão em curso também na agricultura. As crises econômicas, o desemprego e os problemas ambientais mostram a importância do debate sobre questões diversas, como as relacionadas aos padrões de consumo e à economia do meio ambiente que se referem às formas de produção agrícola.

No Brasil, a Agricultura Familiar é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas áreas de produção. Contudo, este segmento ainda não tem sido incluído de forma definitiva nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural brasileiro. É preciso, portanto, revisar a política agrícola nacional, no sentido de reconhecer a importância econômica e social desses agricultores no processo de desenvolvimento.

2.1.4 O Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural em Santa Catarina

A partir de 1995 foi criado no Estado do Paraná o sistema de crédito ao pequeno produtor rural, o sistema CRESOL – Crédito Solidário -, e logo mais outras cinco cooperativas que atuavam na administração, na contabilidade, na formação e na interlocução com os bancos, governos e demais entidades dos agricultores. Este sistema de Cooperativismo teve um papel fundamental, pois concentrou os esforços para garantir o funcionamento das

⁵ PRONAF a partir de 1995.

cooperativas de crédito. O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural teve como principal implantação em Santa Catarina as regiões Oeste, extremo Oeste e planalto Catarinense.

As cooperativas de crédito filiadas ao sistema Cresol possuem uma administração autônoma, formada pôr uma diretoria eleita em assembléia geral, com mandato de três anos. A fiscalização é realizada pôr um conselho fiscal da cooperativa eleito anualmente que além do acompanhamento diário da contabilidade das cooperativas, realiza auditorias e interage nos meios administrativos das cooperativas. O principal objetivo das cooperativas de crédito participantes do Sistema Cresol de crédito Solidário têm a intenção fundamental de atingir apenas os agricultores em cujos estabelecimentos a propriedade, a gestão e o essencial do trabalho originam-se na família. Trata-se de um sistema com um objetivo social explícito, ligado ao fortalecimento da agricultura familiar, formado através de pessoas jurídicas, desde que desenvolvam atividades agropecuárias ou agroindustriais e que sua maior fonte de renda provenha de atividades agropecuárias.

TABELA 3. Sistema Cresol: Percentual de Associados pôr Grupo de Renda Monetária Agropecuária Anual.

RENDA MONETÁRIA ANUAL	ASSOCIADOS (%)
ATÉ R\$ 2.000,00	47,5
DE R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00	18,5
DE R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00	7,4
DE R\$ 6.001,00 a R\$ 8.000,00	10,7
DE R\$ 8.001,00 a R\$ 10.000,00	2,5
DE R\$ 10.001,00 a R\$ 12.000,00	5,5
MAIS DE R\$ 12.000,00	5,1

FONTE: Sistema Cresol de Crédito, 1999.

A Tabela 3 mostra que quase metade dos associados do Sistema Cresol, tem renda monetária familiar agropecuária líquida pouco superior a um salário mínimo, um forte indicativo de que a base social do cooperativismo atinge um segmento situado num patamar da pirâmide social bem abaixo daquele com que trabalham os bancos. Cerca de 47,5 % têm renda

inferior ou igual a R\$ 2.000,00, sinalizando que este segmento de crédito beneficia em sua grande maioria trabalhadores rurais familiares de baixa renda.

As cooperativas do Sistema Cresol não cobram taxas extras (além dos juros) de seus associados para o uso de contas correntes, fornecimento de talão de cheques, depósitos cooperativos ou empréstimos pessoais. Além do custo essencial, os agricultores também pagam CPMF sobre a movimentação de sua conta na cooperativa. O cooperado que não honra seus compromissos e nem está disposto a honrar, está automaticamente impedido de alavancar outros financiamentos, diferenciando-se daqueles que quitam suas dívidas dentro dos prazos legais estabelecidos e poderão pleitear, sem burocracia, outros financiamentos com recursos próprios da cooperativa ou com recursos oficiais do PRONAF.

Estas formas de cooperativismo tem nos créditos grupais um aval solidário com efeitos altamente positivos e educativos para o quadro social da agricultura familiar. As cooperativas de crédito reduzem os custos de transação bancária graças a seu sistema de controle realizado em meio a redes sociais locais de cada região específica. As avaliações das análises de riscos de crédito, são mais baratas e mais eficientes que os do sistema bancário convencional. Nas condições atuais que se encontra a agricultura brasileira e Catarinense, este sistema de cooperativas de crédito (Sistema Cresol) tornou-se não só um importante interlocutor, mas um potencial ator decisivo da política de crédito rural do PRONAF.

As cooperativas de crédito atingem um público que não tinha anteriormente acesso ao sistema bancário, mas elas tem como principal meta beneficiar com seus empréstimos os segmentos mais pobres da população que vivem no meio rural. O Sistema Cresol tem como principal meta a associação entre o crédito agropecuário e um sistema de assistência técnica capaz de conduzir os agricultores a formas produtivas mais sustentáveis no ambiente em que ocorre a geração de renda. É importante ressaltar que a iniciativa organizada de construir formas associativas para a obtenção de crédito contribuiu para alterar o ambiente institucional das regiões onde as cooperativas de crédito tem sua abrangência e muitos agricultores familiares não passavam sequer pela porta do sistema bancário tradicional.

O Sistema de cooperativismo de crédito é uma das alternativas mais eficientes e estratégicas para se combater a carência de recursos, destinados à agricultura familiar. De acordo com os dados do CEPAGRO/SC (Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo), relatório anual de 1998, identificou-se no cooperativismo de crédito rural, as seguintes vantagens:

- É uma instituição dirigida pelos agricultores; os próprios agricultores da região definem os conselhos administrativos e fiscais, tendo maior flexibilidade na tomada de decisões;
- Pode reter e aplicar a renda agrícola local no meio rural do município,
- É uma instituição capacitada para participar dos programas oficiais de crédito;
- Possibilita a adequação das operações de crédito conforme as condições dos produtores (período de carência, número de parcelas, volume etc);
- Permite a diversificação das linhas de financiamentos, principalmente os pequenos investimentos;
- Proporciona maior familiaridade do agricultor com o crédito agrícola e empréstimo pessoal;
- Apresenta menor custo operacional em relação aos bancos;
- Realiza a capitalização ou distribuição das sobras;
- Possibilita a criação de mecanismos de ajuda aos associados, como pecúlio social e fundos rotativos.

As cooperativas que formam o Sistema Cresol, são instituições democráticas, administradas pelos próprios agricultores familiares e articuladas com os movimentos populares. Estas cooperativas possuem um baixo custo operacional, créditos descentralizados, público definido (agricultores familiares) e compromisso com o desenvolvimento local sustentável (CRESOL 1999). O Sistema Cresol de crédito para a agricultura é uma instituição formal destinada a acessar, canalizar e desburocratizar os créditos rurais, sejam eles locais, estaduais, nacionais, ou até mesmo, os recursos internacionais, desde que visem viabilizar e estimular a agricultura familiar, diminuindo assim o “êxodo rural”.

O Sistema Cresol constitui-se como um agente financeiro de fomento prestigiado pôr organizações populares com o objetivo de disponibilizar o crédito aos pequenos agricultores de baixa renda, com base em uma concepção simples: pequenas unidades de crédito cooperativo articuladas entre si, permitem uma redução dos custos operacionais, sobretudo de contabilidade, informática e normatização bancária.

De acordo com os dados do Sistema CRESOL, este segmento representa uma nova modalidade de cooperativismo de crédito, e está em um patamar muito elevado no convívio entre o pequeno produtor rural e os canais de distribuição de crédito. Logo, no ato de ofertar dinheiro ou oferecer financiamentos favorecidos, estes atos caracterizam a viabilização da agricultura familiar e o desenvolvimento local sustentável. O Sistema CRESOL e os outros meios cooperativos que favorecem o crédito ao pequeno produtor rural têm a missão de ser um instrumento de desenvolvimento capaz de se integrar a outros para viabilizar economicamente agricultores excluídos ou em processo de exclusão social.

As cooperativas de crédito rural “alternativas” de Santa Catarina possibilitam uma maior democratização do acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares. Seus objetivos estão articulados com pressupostos que não somente aqueles associados a uma lógica financeira, permitindo que essas privilegiem a agricultura familiar enquanto principal agente do desenvolvimento da agricultura local. As cooperativas de crédito rural para o pequeno agricultor familiar encontra restrições para preservar o equilíbrio entre o atendimento das demandas dos seus associados e a manutenção da sua saúde financeira. Sua maior dificuldade é garantir recursos para sua sustentação e, em conjunto, para a concessão de financiamentos em condições diferenciadas para os agricultores familiares. Esta modalidade de cooperativismo de crédito rural é muito importante para o desenvolvimento rural sustentável das regiões de Santa Catarina, pois integra o agricultor familiar ao processo de produção e evita o êxodo rural.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO PRONAF EM FUNÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

3.1 – Breves Considerações sobre a História da Agricultura Familiar Catarinense

No decorrer da formulação das políticas públicas de crédito para o pequeno produtor rural no decorrer do Plano Real, ocorreram, varias alterações promovidas para atingir melhores resultados na liberação de recursos e no ajustamento do Pronaf às novas demandas que surgiam pela parte dos agricultores familiares. No Anexo 2 encontramos um resumo das principais Resoluções legais que se modificaram desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar até o ano 2000. No caso específico de Santa Catarina o processo de alteração nas resoluções e nas medidas políticas que atingem o agricultor familiar compete a Agência Catarinense de fomento S.A. (BADESC)⁶, que estende a todos os beneficiados as medidas e as resoluções do governo. No Anexo 2 poderemos encontrar as principais resoluções adotadas pelo governo até o mês de dezembro de 2000, onde, posteriormente outras alterações foram inclusas até 2002.

O desenvolvimento de estados e pequenos municípios baseado apenas no setor urbano/industrial está enfrentando sérios problemas econômicos. Para atrair médias e grandes indústrias para as pequenas e médias cidades de Santa Catarina, os governos apostam uma grande quantidade de recursos públicos, buscando gerar empregos e aumentar a arrecadação fiscal dos municípios, desprezando a Agricultura Familiar como fonte de geração de emprego e renda. Durante muitos anos, esta perspectiva de desenvolvimento vem mostrando que as ações de muitas administrações federal, estaduais e municipais, precisam rever seus conceitos de políticas públicas, onde o processo de exclusão social é muito representativo.

⁶ A Agência Catarinense de Fomento S.A. (BADESC), está inserida no SISBACEN onde todas as resoluções do Banco Central são imediatamente repassadas aos interligados do sistema.

As políticas públicas adotadas na agricultura familiar, contam com uma parcela bastante representativa em todas as regiões do País. Este é o segmento de maior importância econômica e social do meio rural, com grande potencial de fortalecimento e crescimento. A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

A construção de um novo projeto para a agricultura familiar, que tenha a agricultura como modelo e a reforma agrária como forma de incluir muitos excluídos do processo de produção, é um dos últimos caminhos para se alcançar a geração de emprego em massa. A agricultura familiar é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades. Com o incentivo da agricultura familiar, dinamiza-se o desenvolvimento nos outros setores econômicos, pois a geração de renda é compartilhada com toda a sociedade.

Estabelecer um projeto de desenvolvimento rural municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. Deve-se adotar como modelo o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabilize e sustente o desenvolvimento do setor urbano. A agricultura familiar é também a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irão consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo.

3.2 Análise das Condições de Acesso ao Crédito Rural: PRONAF e Outros

As diretrizes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar têm como referência experiências européias, principalmente a da França (FAO), que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural. Segundo dados obtidos através do PRONAF, podemos estabelecer três linhas principais ao qual o Programa está inserido: Infra-estrutura e Serviços; Capacitação; e Crédito. Cada uma delas com uma lógica de operação diferenciada. A modalidade do Crédito está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria.

Pelas características do PRONAF Infra estrutura e serviços, podemos observar que este programa atende aquelas cidades onde predominam grupos populacionais de até 25 mil habitantes, e podemos concluir que seu universo é de caráter rural e microurbano. Cabe destacar também que o PRONAF nesses municípios é de fundamental importância pôr tratar-se de um programa de desenvolvimento, que pressupõe a formulação de planos municipais de desenvolvimento rural; a implantação dos conselhos municipais; e o repasse de recursos para infra-estrutura, formação e qualificação de trabalhadores rurais.

O PRONAF crédito Rural tem como objetivo apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas pelos agricultores e suas associações. A liberação nesta modalidade tem um viés mais convencional e é feita diretamente entre o Banco e o demandante do crédito. O PRONAF Crédito Rural é a modalidade que apresenta maior liberação de recursos, sendo o Banco do Brasil o agente financeiro com maior participação no total liberado. A principal linha de liberação de recursos do PRONAF é o Crédito-Rural, e este continua com uma lógica de concessão de crédito que beneficia os produtores mais capitalizados, via sistema bancário e com os mesmos desvios que dificultam a liberação de recursos para os produtores não integrados.

TABELA 4: Número de contratos e volume de recursos do PRONAF Crédito Rural

ANO	Nº DE CONTRATOS	RECURSOS (R\$)	Valor Médio (R\$)
1995	32.000	93.000.000,00	2.906,25
1996	332.828	649.795.910,00	1.952,30
1997	496.550	1.637.440.160,00	3.297,60
1998	709.906	1.814.972.000,00	2.556,60
1999	826.582	1.896.604.100,00	2.294,50
TOTAL	2.397.866	6.091.812.170,00	2.540,50

Fonte: MDA/SAF.

Os sistemas de concessão de crédito através do PRONAF estão diferenciados entre si, quanto a modalidade de crédito. A evolução do PRONAF, em termos de números de contratos e do volume de recursos, é mostrada pela Tabela 4. Podemos observar que no primeiro ano do programa em 1995, houve um pequeno número de financiamentos, contudo, já em 1996, nota-se um forte crescimento do total de recursos aplicados no programa, expresso através do aumento do número de contratos. Essa alteração deve-se a um somatório de fatores que atuaram positivamente. Por um lado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) adotou uma série de medidas para estimular os agentes financeiros a operar o PRONAF e, pôr outro, reduziu-se bastante os encargos financeiros que incidiam sobre o crédito de custeio (os juros praticados na safra de 1995 foram de 16% ao ano, enquanto que na safra seguinte caíram para 12% ao ano). Deve-se destacar que essa mudança foi provocada pela forte pressão exercida pelos trabalhadores rurais que exigiram melhores condições de financiamento. Em 1996, nota-se um forte incremento do total de recursos aplicados no programa e da própria procura pelo crédito rural, expressada através da elevação do número de contratos. Em relação ao valor médio do volume de recursos, podemos observar que o valor de R\$ 2.540,50 é a média que os agricultores tomam emprestados para realizar suas atividades, sendo este valor muito abaixo daqueles que outras linhas de crédito oferecem a outras linhas de financiamento. Por fim, cabe ressaltar que esses valores médios dos contratos variam entre as Grandes Regiões e mais fortemente entre as Unidades da Federação. Essas variações refletem os diferentes sistemas de produção e os diferentes tipos de produtos incentivados pelo PRONAF em cada um dos estados.

3.3 Evolução e Implicações do Crédito Rural para a Agricultura Familiar Catarinense

A lógica de liberação de recursos para a agricultura que sempre prevaleceu no Brasil, foi aquela que determina a existência de diferentes graus de exigências para a liberação do crédito, a depender do tipo de produtor que demanda o recurso. Na verdade, a forma de liberação e das exigências definidas sempre determinou a forte concentração de recursos nas mãos dos produtores de maior porte e mais articulados economicamente. Aos produtores de grande capacidade técnica era concedido crédito corrente, que não dependia de muitas formalidades e projetos técnicos. Já aos produtores que utilizavam técnicas tradicionais, ou aqueles chamados de pequenos produtores, era concedido o crédito orientado, que exigia a apresentação de projeto técnico e de garantias.

A proposta do PRONAF visa facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito, democratizando o acesso e tendo uma perspectiva distinta daquela que definiu o perfil concentrador apontado acima. O que se verifica é que prevaleceu essencialmente a mesma lógica de liberação dos modelos tradicionais, sendo que foram estipuladas normas específicas que dificultam a tomada do crédito pelos produtores familiares menos integrados, principalmente no que tange às garantias exigidas.

O PRONAF Crédito-Rural possui ações que se encontram sob a coordenação de órgãos e entidades diversas, todas elas vinculadas à operação de crédito rural dos agricultores familiares: BB, BASA, BNB e BNDES.

De acordo com os dados obtidos através do Plano Avança Brasil 2000-2003, constantes na Agenda de Governo Federal, a implantação desses programas está sendo desenvolvida de acordo com um modelo de gerenciamento intensivo, ampliando a geração de tecnologia agropecuária para a realidade dos agricultores familiares.

TABELA 5: Fontes de Recursos Previstos em 2002 para Agricultura Familiar- R\$.

<i>FONTE RECURSOS</i>	<i>RECURSOS PREVISTOS</i>
FISCAL	1.582.051.540,00
DEMAIS	2.685.257.972,00
TOTAL	4.267.309.512,00

FONTE: Programas Estratégicos – Relatório Situação/Julho 2002.

Segundo os dados obtidos na Tabela 5, podemos observar que o volume de recursos previstos para serem liberados para a Agricultura Familiar está na ordem de R\$ 4,3 Bilhões. Este valor está muito baixo se comparado a outras modalidades de crédito que beneficiam um grupo privilegiado e de maior relevância em relação a agricultura familiar. Os programas estratégicos absorverão, em 2002, recursos no montante de R\$ 26,3 bilhões, dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, predominantemente direcionados para a área social e de infraestrutura econômica. Há, ainda, recursos de outras fontes públicas e privadas, a serem aplicados nesses programas, que estão sendo totalizados.

De acordo com os dados obtidos podemos notar que a Agricultura Familiar está com uma representação de cerca de 16,3% dos recursos utilizados pelo governo neste período, representando um nível baixo em relação a outras modalidades de crédito como a de apoio as exportações.

Segundo WANDERLEY (1998), “ A reprodução da agricultura familiar no Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores, mas que impossível desconhecer a repercussão das políticas agrícolas e do Estado neste processo. Ora as mesmas foram orientadas para a exclusão econômica e social deste estrato produtivo, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas deste segmento, ora ainda com objetivos clientelísticos e assistencialistas. Por outro lado, lembra o autor, o tema Reforma Agrária deve merecer uma referência especial, tanto pelas reações dos movimentos sociais e políticos que lutam por ela, como pelas políticas propostas e implantadas com este objetivo, como também pela avaliação efetiva das experiências efetivas de assentamentos, algumas das quais praticando um tipo “alternativo” de agricultura, e uma nova e mais dinâmica relação organizativa e de mercado”.

O debate sobre Agricultura Familiar, impõe uma reflexão sobre o modelo de "desenvolvimento" no qual este tipo de agricultura está inserida. A natureza de uma concepção "urbano-industrial-exportadora" como modelo de desenvolvimento, já identifica setores privilegiados com os seus resultados. Este modelo de desenvolvimento impõe barreiras a questões importantes para o bem estar social. A ocupação do espaço territorial nacional, provoca a potencialização do "urbano", principalmente das grandes cidades e polos industriais dinâmicos. Inúmeros estudos mostram que a agricultura no geral, e a Agricultura Familiar em particular, através da transferência de recursos/capital foi condicionada a dar suporte a este processo. No entanto, pelas suas características, a Agricultura Familiar (como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele.

CONCLUSÕES

O apoio à Agricultura Familiar, tem-se constituído uma das principais estratégias básicas para o sucesso econômico de regiões e países em várias partes do mundo. Tardamente, no Brasil, a competitividade da Agricultura Familiar entrou na pauta das discussões. O preconceito comum em nosso País de que apoiar a Agricultura Familiar é paternalismo, não se sustenta nos fatos. O Brasil, apenas nos últimos anos acordou para essa realidade, criando o PRONAF, a primeira tentativa de apoio político específico para a Agricultura Familiar da história do País. O aperfeiçoamento do PRONAF, visando ampliar o seu acesso, poderá ter grande e positiva repercussão econômica e social, servindo como uma alternativa de evitar o êxodo rural e tornar a permanência do agricultor no campo uma realidade. A Agricultura Familiar, é economicamente competitiva, social e ambientalmente benéfica, tem condição de absorver as melhores tecnologias e responde adequadamente às políticas de apoio. A crise atual não é decorrente da forma de produção familiar na agricultura, mas de falta de compreensão, por parte dos responsáveis por decisões empresariais e políticas, do potencial dessa forma de produção, desde que convenientemente apoiada.

O desafio que se coloca para a sociedade de forma geral e o serviço público em particular, é buscar a competitividade da produção agrícola familiar da região, simultaneamente com a equidade social e a sustentabilidade ambiental. As sugestões para viabilidade dessa proposta de fortalecimento da agricultura familiar passam pela readequação das atividades tradicionais, pela introdução de novas opções, agrícolas e não agrícolas e pela criação de instrumentos de apoio a instalação de jovens agricultores. O momento requer a busca de novas formas de aprendizagem, novas formas de organização da produção familiar e novas formas de inserção no mercado. Para que isso aconteça são necessários arranjos institucionais comprometidos com o desenvolvimento regional. Por fim, cabe ressaltar que a operacionalidade do PRONAF ainda sofre vícios tradicionais da burocracia dos órgãos públicos que impedem a validação desse processo junto à sociedade civil, ao que se refere a concentração do poder decisório, uma vez que as instâncias criadas não conseguem ganhar vida própria e não estão sujeitas ao processo de descentralização das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli (1999) – “Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o Caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” – Ipea – Texto para Discussão nº 641.

ALTMANN, Rubens. A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis, SC: Editora Pallotti, 1997.

PROGRAMA AVANÇA BRASIL. Programas Estratégicos, Relatório Situação Julho/2002.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; ABRAMOVAY, Ricardo - Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Brasília: 1999.

CEPAGRO. CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO. Dossiê cooperativismo de crédito. Florianópolis: CEPAGRO, 1992.

Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Florianópolis: UFSC, 1999. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina.

“Diagnóstico da Agricultura Familiar no Brasil – Análise dos Dados do Censo Agropecuário 95/96” (Convênio FAO/INCRA).

FAO/INCRA (2000). Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília.

FAO/INCRA (1996). Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil.

FAO / INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossie estatístico*. Brasília. FAO / INCRA. 1996. 24 p. (Projeto UFT/BRA/036/BRA – Agosto 1996).

GOVERNO FEDERAL & MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (1996). Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. Resistir, resistir... *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, vol.2, 1995: 762-777.

_____. O Novo Rural Brasileiro. *XXIV Encontro Nacional de Economia*. Rio de Janeiro: Anpec, 1996.

IBGE Censo Agropecuário 1997/1998: Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2000.

IPEA (1999). "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998". **Texto para Discussão N° 664**.

JONES, Alberto da Silva. Sociólogo, 1972, UFBA; M.S. Extensão Rural, 1987, UFV; D.S. Sociologia, 1997, UFSC, Professor Adjunto (Direito Agrário; Reforma Agrária e Relações Sociais no Campo).

Mior, Luiz C. **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ALGUMAS CONTROVÉRSIAS DO DEBATE**. (Epagri, Brasil)

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA – 2000/2001. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1998/1999/2000/2001.

SCHRÖDER, Mônica. **O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NO OESTE CATARINENSE: possibilidades e limites de uma alternativa para a agricultura familiar**. UNICAMP, 1997.

SISTEMA CRESOL DE CRÉDITO RURAL. Estudo sobre o Cooperativismo em Santa Catarina, 2001.

SILVA, Enid Rocha A. da (1999) Pronaf: Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/98. Brasília: IPEA.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?* In: Lamarche, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade (Volume II)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

Endereços eletrônicos

Resoluções e portarias que tratam sobre o Pronaf
Disponível na Internet: <http://www.bcb.gov.br>
Capturado: 20.08.2002

Boletins do DESER
Disponível na Internet: <http://www.deser.org.br>
Capturado: 15.09.2002

Metodologia de tipificação da agricultura familiar e respectivos dados
Disponível na Internet: <http://www.incra.gov.br> - www.incra.gov.br/reforma/balanco99/pronf.htm
Capturado: 18.08.2002

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Participação Institucional no PRONAF Estrutura Básica.

PRONAF - Estrutura Básica

- a) **Nível Municipal:**
 - Prefeituras Municipais; e
 - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, dos quais participam agricultores familiares, e as organizações de agricultura familiar que, direta ou indiretamente, realizam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e ambiental.
- b) **Nível Estadual:**
 - Governos Estaduais;
 - Conselhos Estaduais do PRONAF, com a participação, das representações estaduais dos agricultores familiares; e
 - Secretaria Executiva Estadual do PRONAF.
- c) **Nível Federal:**
 - Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
 - Conselho Nacional do PRONAF, composto por representantes do Ministério de Planejamento e Orçamento; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Políticas Regionais; Secretaria Executiva do PRONAF; Comunidade Solidária; Fórum dos Secretários de Agricultura; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Organização das Cooperativas Brasileiras; e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural;
 - Secretaria Nacional Executiva do PRONAF, cujo titular é o atual Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; e
 - Caixa Econômica Federal - CEF, como repassadora dos recursos orçamentários para os municípios.

ANEXO II – Principais alterações na legislação do Programa Nacional de Agricultura Familiar

DOCUMENTO	FINALIDADE
Decreto n. 1.947 - 28/06/96	Cria o Pronaf
Res. Nr. 2.310 – 29/08/96	Inclui o Pronaf no MCR
Res. Nr. 2.321 – 09/10/96	Estabelece condições especiais
Res. Nr. 2.409 – 31/07/97	Estende benefícios do Pronaf
Res. Nr. 2.410 – 31/07/97	Dispõe sobre a modalidade Crédito Rotativo
Res. Nr. 2.436 – 21/10/97	Institui linha especial de crédito
Res. nr. 2.507 - 17/06/98	Institui linha de crédito de investimento para AGREGAR
Res. nr. 2.547 - 09/09/98	Estende a linha de crédito especial
Res. nr. 2.556 - 29/09/98	Institui linha de crédito destinada a projetos agroindustriais
Res. nr. 2.643 - 03/09/99	Altera limite de financiamento para beneficiários do Grupo “A”
Res. nr. 2.650 - 22/09/99	Altera limite de financiamento para beneficiários do Grupo “A” – substitui a Res. nr. 2.643, de 03/09/99
Res. nr. 2.657 - 06/10/99	Estabelece critérios para beneficiários do Grupo “A”
Res. nr. 2.702 - 14/03/99	Estende benefícios aos produtores do grupo “A” da região Nordeste, para a safra 2000
Res. nr. 2.713 - 07/04/00	Concede crédito às agroindústrias sob a modalidade Pronaf AGREGAR
Res. nr. 2.729 - 14/06/00	Promove alterações no regulamento do Pronaf
Res. nr. 2.766 - 10/08/00	Promove novas alterações
12-2000	Institui o Pronaf Planta Brasil

Fonte: Banco do Central do Brasil.